

## O contributo da petição da Campanha Our Food. Our Future

### COMISSÃO EUROPEIA APROVA PROPOSTA DE LEI SOBRE DEVER DE DILIGÊNCIA DAS EMPRESAS EM MATÉRIA DE SUSTENTABILIDADE

Milhões de pessoas que nos fazem chegar alimentos, vestuário, equipamentos enfrentam condições de trabalho indignas. Aos custos sociais do modelo empresarial vigente, juntam-se também os custos ambientais com impactos que são devastadores. Quando em abril de 2020 o Comissário Europeu para a área da Justiça, Didier Reynders, anunciou que a União Europeia planeava desenvolver uma proposta legislativa que impusesse o dever de diligência (diligência devida) em matérias de direitos humanos e em matérias ambientais, sabíamos que este seria um marco na vida de milhões de pessoas.

A proposta da Comissão Europeia "*Corporate Sustainability Due Diligence*" é um passo significativo para "minimizar o impacto destrutivo das empresas nos trabalhadores, nas comunidades e no ambiente. É um ponto de viragem na batalha para acabar com a impunidade empresarial, mas está repleta de falhas e omissões", advertiu a Coligação Europeia para a Justiça Empresarial (*European Coalition for Corporate Justice - ECCJ*).

Reconhecendo que o comportamento das empresas é essencial para um modelo de economia humana e ecológica, e um dos pilares para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as expectativas de todos/as aqueles/as que acreditavam que este era um ponto de viragem eram muito altas, e apesar de alguns aspetos bastante positivos da proposta, a verdade é que esta fica aquém da promoção da justiça social e climática.

Sublinhamos que três das exigências da [Petição Our Food. Our Future](#) foram respondidas:

- ✓ INCLUSÃO DE TODA A CADEIA DE ABASTECIMENTO;
- ✓ RESPONSABILIDADE CIVIL;
- ✓ SÉRIAS CONSEQUÊNCIAS;

No entanto, a legislação proposta aplicar-se-á apenas às maiores empresas ativas no mercado da União Europeia: empresas com um volume de negócios anual de mais de 150 milhões de euros e mais de 500 empregados. Em três setores de "alto risco" – têxteis e couro, agricultura e alimentação, e extrativo – as obrigações de diligência limitada aplicar-se-ão às empresas com um volume de negócios anual de 40 milhões de euros e pelo menos 250 empregados. A Comissão Europeia estima que 13.000 empresas da UE e 4.000 empresas de fora da UE terão de cumprir a legislação. Esta limitação significa que o projeto de legislação só se aplica a menos de 0,2% das empresas da UE.

Ao abrigo da nova lei, as empresas poderão ser responsabilizadas por danos cometidos no país ou no estrangeiro pelas suas subsidiárias, empreiteiros e fornecedores, e as suas vítimas terão

oportunidade de intentar ações judiciais nos tribunais da UE. Este é um passo importante que cria um direito de reparação para as pessoas afetadas por práticas irregulares das empresas. De acordo com a *European Coalition for Corporate Justice – ECCJ*, verifica-se uma importante lacuna na proposta, e que corre o risco de tornar a lei ineficaz na prevenção de danos para além do primeiro nível da cadeia de fornecimento – e de impedir as vítimas de responsabilizar as empresas. O texto implica que as empresas poderiam cumprir as suas obrigações acrescentando determinadas cláusulas nos seus contratos com fornecedores e descarregando o processo de verificação para terceiros. As empresas não devem ser autorizadas a transferir as suas responsabilidades para os seus fornecedores ou a escapar aos danos, participando em esquemas voluntários da indústria.

Também a *ActionAid* identifica que a ausência de uma dimensão de género e de uma abordagem intersetorial na proposta de diretiva levaria à exclusão das mulheres e tornaria invisíveis os impactos adversos sobre os seus direitos.

As mulheres estão frequentemente mais expostas ao risco de violações dos direitos humanos em setores nos quais muitas das empresas que operam são de pequena e média dimensão, tais como na indústria do vestuário, horticultura e turismo, uma vez que constituem a maioria da mão-de-obra.

Nos próximos meses, a proposta estará aberta a negociações, emendas e aprovação, uma vez que o Parlamento Europeu e os Estados membros da UE definem as suas posições. Esta é uma oportunidade vital para assegurar que a diretiva seja reforçada e que se adote uma abordagem que responda à devida diligência e enfrente os abusos nas cadeias globais de abastecimento.

Aos 4 mil signatários/as da [Petição Our Food. Our Future](#) e aos milhares de cidadãos europeus e organizações da sociedade civil que pediram à UE a garantia de salários e rendimentos dignos, liberdade de associação e negociação coletiva, práticas generalizadas de saúde e segurança, um estatuto legal garantido; bem como a proteção contra a discriminação de género – especialmente em relação a trabalhadores migrantes, mulheres e pequenos proprietários, continuaremos empenhados em garantir que estes princípios sejam defendidos. Só assim podemos, de facto, garantir um mundo mais justo, mais digno e mais sustentável.

#### **MAIS INFORMAÇÕES:**

- Website da Campanha **Our Food. Our Future**: <https://ourfood-ourfuture.eu/>
- Ingredientes Invisíveis – Protesto Visível: <https://ourfood-ourfuture.eu/foodtest/pt>
- Campanha para a Promoção do Desenvolvimento mais Justo, Digno e Sustentável: <https://www.imvf.org/project/campanha-goeathical/>
- Instagram: <https://www.instagram.com/ourfood.ourfuture/>
- Facebook: <https://www.facebook.com/ThisIsOurFoodOurFuture>

#### **SOBRE A CAMPANHA:**

**Our Food. Our Future** reúne 23 organizações da sociedade civil em 20 países de toda a Europa e do mundo. Estamos a construir uma forte coligação de jovens de toda a Europa e a trabalhar em conjunto na procura da nossa visão comum: um sistema alimentar socialmente justo e sustentável. Um sistema alimentar baseado nos direitos humanos e agroecológico. Um sistema

em que a soberania alimentar e os direitos dos trabalhadores migrantes se tornem realidade. Juntos/as, estamos a sensibilizar para o impacto ecológico, bem como para as injustiças e desigualdades que os trabalhadores e as suas famílias, os pequenos agricultores e migrantes vivem ao produzir e transportar os alimentos que comemos. A juventude europeia e a sua exigência de mudança são a força poderosa por trás da nossa campanha. Juntos/as, vamos construir um grande movimento participativo, questionar os nossos hábitos de consumo e aumentar a pressão sobre legisladores, supermercados e empresas alimentares para que promovam uma mudança de sistema em grande escala. **Porque esta é A Nossa Alimentação. O Nosso Futuro. Temos Fome de Justiça.**